

## NA ARENA POLÍTICA: TRABALHADORES, PARTIDOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES EM ALAGOINHAS-BAHIA (1948-1964)

*Moisés Leal Moraes\**

### RESUMO

*Este artigo analisa como os trabalhadores de Alagoinhas-Ba se relacionaram com os dispositivos típicos da democracia representativa – partidos políticos e eleições – vigente no Brasil entre 1945 e 1964. O foco inicial da análise recai sobre o legislativo municipal de Alagoinhas, entre 1948 e 1964, período em que esteve em atividade sem a coação política dos regimes autoritários que intercalou – o Estado Novo e a Ditadura Militar. Tal análise permitiu identificar uma série de transformações sociais que se processavam na cidade, bem como as conexões entre as disputas por espaços de poder local e as tensões políticas que se desenvolveram no Brasil durante o período, tensões essas que ameaçaram a estabilidade do regime político em curso até a consumação, em 1964, do golpe de Estado que impôs uma ditadura no país.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Alagoinhas. Democracia representativa. Partidos políticos. Trabalhadores.*

No ano de 1945, a manutenção da ditadura do Estado Novo se tornou insustentável. As transformações que ocorreram na esteira do desfecho da Segunda Guerra Mundial estimularam o avanço das pressões internas e externas que exigiam o fim do regime autoritário. Com isso, a questão político-eleitoral passou a ocupar a ordem do dia, tendo como horizonte a execução de uma transição rumo a uma democracia representativa. Esse processo de abertura política foi conduzido pela cúpula estadonovista que, deste modo, buscava evitar que fosse severamente abalada a permanência dos grupos políticos que estavam no poder (SOUZA, 1976, p.105-106).

Se o panorama pós-Estado Novo não comportava rupturas profundas, também não deveria conservar plenamente o contexto sócio-político vivenciado durante o período ditatorial. Doravante, a legitimação do Estado se assentaria em outras bases, especificamente através no voto, enquanto se ampliava a incorporação dos trabalhadores ao eleitorado do país. Por isso convinha às organizações partidárias e aos candidatos a cargos eletivos levar em consideração os elementos presentes na conjuntura nacional diante do restabelecimento do jogo eleitoral, a partir de 1945 (SOARES, 1973, p. 58-60).

Para os trabalhadores, a democracia representativa, que se instituiu após a queda do Estado Novo e se estendeu até 1964, com a implantação de mais uma ditadura na história republicana do

---

\* Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia.. E-mail: moiseslmorais@yahoo.com.br.

país, significou a ampliação de espaços para negociação e expressão, muito embora se mantivessem, também, evidentes restrições. O uso do voto tornou-se um fator importante de pressão. Os não alfabetizados mantinham-se aliados do *status* de eleitor, mas setores da classe trabalhadora ampliaram a sua participação eleitoral, obtendo uma prerrogativa que permitia exercer determinada pressão para se conseguir benefícios, mesmo que, por vezes, temporários (SOARES, 1973, p. 58-60).

É inegável que se trata de uma condição preferível quando se toma como comparação as condições existentes para a expressão política durante a vigência dos regimes autoritários que o período em discussão intercalou. Todavia, não se deve exagerar a ponto de considerar mais radical do que foi a “redemocratização” que se operou no Brasil, pois, além da exclusão da população analfabeta do direito de votar, é patente que inexistiam canais que possibilitassem uma efetiva interferência da população empobrecida nas instâncias decisórias. Este último aspecto aponta para os limites que se evidenciam em uma democracia representativa (HIRST, 1992).

Com a abertura política processada com a derrocada do Estado Novo foram estruturados os partidos políticos que, segundo a legislação eleitoral que passou a vigorar em 1945, deveriam, obrigatoriamente, possuir bases nacionais. A partir desse momento, destacaram-se como organizações partidárias com maior grau de influência no quadro político brasileiro a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB).

A UDN, inspirada em princípios liberais, agregava em suas fileiras elementos que se opuseram à ordem autoritária do Estado Novo, liderada por Getúlio Vargas. O PSD e o PTB, por sua vez, tiveram a sua construção intimamente relacionada aos vínculos que este regime estabeleceu com determinados segmentos sociais: O PSD com os quadros administrativos remanescentes das interventorias e o PTB com lideranças sindicais, fruto do relacionamento que se estabeleceu por meio do Ministério do Trabalho. O PCB, após um longo tempo de atuação na clandestinidade, voltou a desfrutar de liberdade para participar do processo eleitoral até o ano de 1947, quando teve o seu registro cassado. Reunindo uma significativa base social, que abrigava, principalmente, trabalhadores urbanos, a extinção do seu registro pelo Superior Tribunal Eleitoral impôs sérios limites para sua atuação, mas não a anulou. Surgiram, também, partidos políticos que concentravam as suas bases em determinados estados, assumindo uma projeção correlata a essa condição, a exemplo do Partido Social Progressista (PSP), do Partido Trabalhista Nacional (PTN), do Partido Democrata Cristão (PDC), do Partido de Representação Popular (PRP) e do Partido Republicano (PR).<sup>1</sup>

Em Alagoinhas, cidade situada no interior da Bahia, durante a Segunda República, os principais partidos políticos que estiveram ativos no Brasil possuíram representação e recepcionaram candidaturas de trabalhadores, sobretudo nas disputas para a Câmara de Vereadores.

Entre 1948 e 1964, enquanto o legislativo municipal de Alagoinhas funcionou sem as coerções decorrentes de um regime ditatorial, foram eleitos para a Câmara de Vereadores representantes de ferroviários, operários em curtumes e comerciários. Isto não impedia que se mantivesse no interior das agremiações partidárias uma estratificação social, explicitada pela ausência de trabalhadores em esferas diretivas e nas candidaturas para prefeito ou para os legislativos estadual e federal (MORAIS, 2011, p. 42-128). Constituíram-se em exceções, nesse aspecto, apenas o PCB, que em 1945 teve como secretário do comitê municipal o ferroviário Vitório Pita (conforme noticiado no jornal local

<sup>1</sup> Sobre a dinâmica partidária no Brasil na Segunda República (1945-1964), ver Soares (1973), Souza (1976), Gomes (1988), Benevides (1989) e Coelho (2003).

*O Momento*, de 30 de julho de 1945), e o PTB, que em 1964 teve o ferroviário Hostílio Dias como presidente do Diretório Municipal (SANTANA, 2002, p. 40).

A emergência dos trabalhadores no âmbito político-eleitoral alagoínense não possui precedente e ganhou força a partir de 1947, quando se realizou a primeira eleição municipal desde a derrocada do Estado Novo. Esse momento foi marcado pela eleição do primeiro trabalhador para o cargo de vereador em Alagoínas: o ferroviário Almiro de Carvalho Conceição.

Demandas relacionadas aos trabalhadores passaram a figurar na pauta política do município, em uma conjuntura de urbanização e de intensificação das contradições inerentes a esse processo. Reivindicações como melhoria na infra-estrutura de bairros operários, aumento na oferta de serviços públicos, além de denúncias de desrespeito à legislação trabalhista na cidade, são exemplos de como questões propostas pelos trabalhadores passaram a repercutir no ambiente político local, principalmente por intermédio dos operários que ocuparam assentos no Legislativo municipal (MORAIS, 2011, p. 42-128).

Os partidos constituem, em grande medida, um meio eficaz de participação política, nos ditames de uma democracia eleitoral, tanto de trabalhadores como de membros da elite local. Em Alagoínas, reproduziam-se os mesmos fenômenos identificados na dinâmica dos partidos políticos em âmbito nacional, como a falta de coesão e de identificação de seus membros em relação aos programas partidários. As disputas internas pelo poder, assim como o pragmatismo que regia as relações entre filiados e organizações partidárias, resultaram, muitas vezes, em cisões ou na migração de membros de uma para outra legenda partidária, por vezes antagônica em relação à primeira.

Os partidos políticos eram uma espécie de passaporte para o ingresso no jogo eleitoral, mas, nos casos envolvendo trabalhadores, não era comum ser duradoura a permanência nas fileiras de entidades partidárias. Por exemplo, os vereadores da bancada do PTB eleitos em 1950, já na disputa eleitoral seguinte se apresentaram como candidatos por outros partidos políticos. Dados encontrados em edições do jornal local *O Nordeste* e em Atas da Câmara de Vereadores são elucidativos a esse respeito: Romualdo Campos, operário do setor de curtumes e presidente do sindicato da categoria de cortumeiros, aparece, em 1949, como candidato pelo PSD;<sup>2</sup> Hildebrando Dias, funcionário público estadual, aparece em 1954, como candidato pelo PSP;<sup>3</sup> e Eurico Costa, ao lado de Tiago Evangelista dos Santos, ambos funcionários da ferrovia Leste Brasileiro, se apresentaram como candidatos pela UDN.<sup>4</sup>

Interessante notar como a UDN, partido que, em sua gênese, na Bahia, se caracterizava por possuir em suas fileiras representantes de uma elite conservadora e afastada dos segmentos empobrecidos da população (SILVA, 1992, p.81 e 98), passou a abrigar candidaturas de trabalhadores para a disputa ao cargo de vereador.

Em Alagoínas, a UDN, recepcionou, especialmente, candidaturas de ferroviários. O reconhecimento da força eleitoral da categoria era partilhada por lideranças udenistas na esfera estadual, como Juracy Magalhães, e municipal, como João Nou. Este último, em 1949, afirmou que os ferroviários alagoínenses eram quase todos eleitores e na coluna que assinava no jornal *O Nordeste* reivindicou melhoria das condições de trabalho dos operários e criticou a direção da ferrovia

<sup>2</sup> *O Nordeste*, 14 out 1949, p. 3

<sup>3</sup> *O Nordeste*, 23 maio 1954, p. 5

<sup>4</sup> Cf. *O Nordeste*, 27 maio 1953, p. 5 e Ata da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoínas de 19 fev 1960. As listas dos candidatos e as transferências de partidos entre as disputas eleitorais de 1950 e 1954 podem ser vistas, ainda, nas edições de 21 de novembro de 1950 e 24 de dezembro de 1954 do jornal *O Nordeste*.

Leste Brasileiro. Esse posicionamento serviu para projetar a sua imagem junto aos ferroviários. Candidato a deputado estadual na eleição do ano seguinte, Nou postulou, ainda, angariar votos dos trabalhadores, na mesma disputa eleitoral, para o candidato udenista ao governo estadual, Juracy Magalhães (UDN), esperando subtrair esses votos do seu principal oponente, Lauro de Freitas (PSD), que ocupava a função de diretor da ferrovia. Às vésperas da eleição, Lauro de Freitas morreu em um acidente aéreo e o próprio Juracy Magalhães fez publicar na primeira página do jornal alagoinhense *O Nordeste* uma mensagem intitulada “À laboriosa classe dos ferroviários”. Fica evidenciado que Juracy Magalhães buscava se antecipar a qualquer especulação que sugerisse ter existido indisposição dele para com Lauro de Freitas, e que, eventualmente, comprometesse a sua imagem junto ao eleitorado ferroviário do qual buscava cortejar votos:

As intrigas de corrilhos não encontram clima no seio do povo, cujo ambiente só há lugar para a verdade, que enobrece as causas, e para o trabalho que dignifica o homem. O meu apelo aos abnegados operários e funcionários da Leste [Brasileiro], no sentido de formarem ao lado da minha candidatura, traduz – e assim deve ser compreendido – o meu apreço que dispenso aos homens do povo e o valor que empresto a sua colaboração, que reputo mesmo indispensável aos governantes que se capacitam de que estamos vivendo o ‘Século do Trabalho’<sup>5</sup>

Ao tempo que lisonjeava os operários, Juracy Magalhães lançava o seu “apelo” à “colaboração” dos ferroviários e dos “homens do povo”, atitudes que expõem traços do panorama político brasileiro durante a Segunda República: a incorporação de camadas empobrecidas da população ao processo político-eleitoral e a necessidade, imposta aos candidatos a mandatos eletivos, de levar em conta, de alguma maneira, os interesses dos trabalhadores.

Quanto à presença de representantes dos trabalhadores na UDN, em Alagoinhas, é possível destacar ao menos mais dois outros casos: a candidatura e eleição, em 1954, de Hostílio Dias, também ferroviário; e a candidatura, em 1962, do militante comunista Otoniel Lira Gomes, Sargento da Polícia Militar. Em 1955, ainda no início do mandato, Hostílio Dias havia demonstrado insubordinação para com as hostes udenistas, acusando de golpistas alguns representantes da UDN diante da tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek à Presidência da República.<sup>6</sup> Otoniel Lira Gomes não conseguiu ser eleito vereador. Permaneceu na condição de suplente até 1964, quando, com o advento do golpe civil-militar, teve cassada essa prerrogativa, juntamente com outro militante comunista que ocupava a mesma condição pelo PR, o ferroviário Esmeraldino Canizio Carvalho.<sup>7</sup>

Estes episódios reforçam a argumentação do uso pragmático que os trabalhadores fizeram dos partidos políticos em Alagoinhas para ingressar na dinâmica política. Essa dinâmica evidenciava os frágeis laços que uniam filiados às suas organizações partidárias. Isso, segundo Delgado (2004, p. 130-151), devia-se, sobretudo, à inconsistência programática dos partidos políticos do país e revelava a deficiência destes em representar os variados interesses que se apresentavam na sociedade.

Os dispositivos institucionais que vieram no bojo do colapso do Estado Novo não asseguravam a efetiva participação dos trabalhadores nas decisões políticas. As eleições limitavam o direito de interferência ao dia do pleito. Por sua vez, os partidos políticos, que, em sua ampla

<sup>5</sup> *O Nordeste*, 30 set. 1950, p. 1. Grifos nossos

<sup>6</sup> Ver Ata da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas de 25 nov. 1955

<sup>7</sup> Cf. Atas da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas de 07 abr 1964 e 18 abr 1964.

maioria, evidenciavam uma estratificação social, excluía os trabalhadores das funções diretivas e das candidaturas aos cargos de representação política nas esferas federal e estadual; ou eram incongruentes com uma plataforma política que apontasse para soluções efetivas das demandas ligadas aos trabalhadores. Certamente, quem mais se distanciava desse perfil era o PCB, muito embora a sua atuação na legalidade tenha sido efêmera e, em Alagoínas, especificamente, entre o final da década de 1950 e o ano de 1964, o partido possuísse um número reduzido de membros (SOARES, 2010).

Em julho de 1945, foi instalado em Alagoínas um Comitê Municipal do PCB.<sup>8</sup> Em setembro do mesmo ano, um Comitê Distrital do partido foi inaugurado em Aramari, distrito do município de Alagoínas.<sup>9</sup> Nesta localidade funcionavam oficinas da Ferrovia Leste Brasileiro, onde trabalhavam, segundo Vitório Pita, então secretário do Comitê Municipal do PCB em Alagoínas, cerca de 800 operários.<sup>10</sup>

Mas foi breve a existência do PCB na legalidade, de maneira que esse partido sequer chegou a participar, em Alagoínas, da eleição municipal realizada, em 1947, para a primeira legislatura pós-Estado Novo. Daí o empecilho para se avaliar a plataforma política e o comportamento eleitoral de um partido que reunia trabalhadores em suas fileiras, em um panorama no qual se evidenciava a emergência desses sujeitos sociais no jogo eleitoral e o seu crescente protagonismo como contingente eleitoral, como prova a eleição de representantes de várias categorias profissionais para o legislativo municipal.

A ascensão de trabalhadores para a Câmara de Vereadores e a recorrência da representação dos seus interesses nesse espaço, em uma proporção até então sem antecedentes, a partir de 1947, foi inaugurada com a presença, no plenário do Legislativo municipal, de Almiro de Carvalho Conceição.

De ascendência negra, Almiro de Carvalho Conceição nasceu em 7 de setembro de 1920, no município baiano de Cachoeira, e em 1946 já residia em Alagoínas, quando se casou pela primeira vez.<sup>11</sup> Ferroviário e ex-militante comunista, Almiro conceição disputou o cargo de vereador de Alagoínas, em 1947, pelo PTN.<sup>12</sup> Entre 1948 e 1950 exerceu o mandato de vereador, já filiado ao PSD.<sup>13</sup> Durante o mandato na Câmara Municipal de Alagoínas, Conceição reverberou reivindicações de trabalhadores, que o identificavam como interlocutor junto ao poder público municipal e às agências estatais. Essas reivindicações contemplavam solicitações de melhoria na infra-estrutura de locais de concentração operária, como o bairro Dois de Julho, a Praça Santa Isabel e o distrito de Aramari; cobrança de ampliação da oferta de serviços de saúde pública e de melhoria de condições de trabalho para servidores municipais e operários em curtumes; e requisições de subsídios para entidades associativas que agregavam trabalhadores, como o Vencedor Esporte Clube, a Liga Desportiva de Alagoínas, a Filarmônica Recreio Operário e o Círculo Operário de Alagoínas.<sup>14</sup>

<sup>8</sup> *O Momento*, 30 jul. 1945, p. 1

<sup>9</sup> *O Momento*, 08 out. 1945, p. 3

<sup>10</sup> *O Momento*, 22 out 1946, p. 6

<sup>11</sup> Cf. *O Nordeste*, 25 set. 1955, p. 3 e Livro de Registros de Casamentos n° 2 da Paróquia de Santo Antonio. p. 147.

<sup>12</sup> Sobre a ocupação profissional de Almiro de Carvalho Conceição, ver *O Nordeste*, de 25 maio 1955, p. 7. Sobre o seu passado de militância comunista, ver informações constantes da Ata da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoínas, de 18 jun. 1948 e jornal *O Nordeste*, de 28 fev 1950, p. 4. Sobre a legenda partidária pela qual se elegeu vereador em Alagoínas, no ano de 1947, ver Resultado das eleições municipais de 1947 – Alagoínas – na Secretaria de Informática. Coordenadoria de Cadastro Eleitoral. Seção de Estatística Eleitoral.

<sup>13</sup> Cf. *O Nordeste*, de 28 fev 1950, p. 4.

<sup>14</sup> O exame de requerimentos apresentados por Almiro de Carvalho Conceição, entre 1948 e 1950, na Câmara de Vereadores de Alagoínas, permitiu mapear as principais demandas que o vereador apresentou ao poder público municipal. Cf. Livros de Requerimentos Aprovados pela Câmara de Vereadores de Alagoínas (1948-1950).



Embora tenha se candidatado, Almiro de Carvalho Conceição não conseguiu a reeleição para exercer o mandato de vereador na legislatura 1951-1954. O diálogo entre trabalhadores e o poder público foi assumido, naquele momento, sobretudo, pela bancada dos vereadores do PTB, composta por Eurico Costa, Hildebrando Dias e Romualdo Campos. Não cabe incluir nessa condição um quarto petebista, Tiago Evangelista, em função de ser bastante discreto o seu envolvimento nos trabalhos no interior da Câmara Municipal.

A bancada petebista incorporou uma postura semelhante à do vereador Almiro de Carvalho Conceição, na legislatura anterior. Ou seja, intercedeu junto a diferentes esferas governamentais para apresentar as necessidades de infra-estrutura em áreas que possuíam os ferroviários como contingente habitacional preponderante, a exemplo do bairro Dois de Julho e o distrito de Aramari; e, ainda, agiu como porta-voz de reivindicações por melhoria nas condições de trabalho de ferroviários, servidores municipais e operários em curtumes.

Para a disputa eleitoral seguinte, os vereadores que inicialmente formavam a bancada do PTB, figuraram em outras agremiações partidárias: Hildebrando Dias, no PSP; Romualdo Campos, no PSD; e Eurico Costa, na UDN. Todos eles foram reeleitos para a legislatura 1955-1958 e participaram da Câmara Municipal em um período em que o exercício de interlocução de interesses dos trabalhadores se intensificou, em compasso com as repercussões, no ambiente político local, das tensões entre as forças políticas herdeiras do getulismo, que defendiam um projeto político “nacional-estatista”, e os setores conservadores, representados, principalmente, pela UDN e por parcelas das Forças Armadas.<sup>15</sup>

Na legislatura 1955-1958, e, mais especificamente, no intervalo compreendido entre 1955-1956, as demandas relacionadas aos trabalhadores foram abraçadas, no plano local, pela Frente Popular Democrática (FPD), bancada de oposição formada por seis dos doze vereadores eleitos (MORAIS, 2011, p. 78-105). A atuação da Frente, afinada com as propostas defendidas nacionalmente pela aliança PSD-PTB, esteve associada ao embate com o núcleo local da UDN, partido da situação no município, naquele momento. A eleição presidencial de 1955 proporcionou o acirramento das tensões entre os dois blocos políticos, especialmente quando os membros da FPD declararam apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) para os cargos de presidente e vice-presidente da República, respectivamente. No comício que trouxe à cidade o candidato à presidente da chapa PSD-PTB, no mês de setembro de 1955, além do próprio presidenciável, discursaram João Nou, Hostílio Dias e José de Araujo Batista.<sup>16</sup>

A votação expressiva de Juscelino Kubitschek e João Goulart no município – o primeiro totalizou 2.661 votos e o segundo 3.335 – foi atribuída à força dos operários da ferrovia e dos curtumes. Hildebrando Dias, vereador que compunha a FPD, declarou em sessão da Câmara de Vereadores que os referidos trabalhadores “souberam sufragar corajosamente a dupla J.J. e que não tiveram medo dos assoalhadores de bofé e da suposta carta de Carlos Lacerda”.<sup>17</sup> Os principais oponentes da aliança Juscelino Kubitschek/João Goulart receberam a seguinte votação: Juarez Távora (UDN) 992 votos; Ademar de Barros (PSP) 1.002; e Plínio Salgado 615 votos.<sup>18</sup>

<sup>15</sup> Segundo Ferreira (2004, p. 303-304), se confrontaram no Brasil, entre 1945 e 1964, dois projetos políticos, por ele denominados como “nacional-estatista” e “liberal-conservador”. O primeiro, identificado, sobretudo, ao PTB, trazia o nacionalismo como principal plataforma política, defendia a proteção da economia nacional em contraponto com os interesses estrangeiros, pregava a interferência do Estado em setores estratégicos da economia e a ampliação do amparo social para estratos subalternos da população brasileira. O segundo projeto, representado, principalmente, pela UDN, se caracterizava por ser elitista, antigetulista, anticomunista e solidário à abertura do país ao capital estrangeiro, além de ser favorável à contenção da interferência estatal na economia..

<sup>16</sup> *O Nordeste*, 12 set. 1955, p. 1 e 5

<sup>17</sup> Ata da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas, de 14 out. 1955.

<sup>18</sup> Cf. *O Nordeste*, 19 out. 1955, p. 1

Em 1955, quando ainda repercutia, no ambiente político do país, o suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, a vitória da chapa PSD-PTB teve como resposta uma conspiração entre setores civis e militares – oriundos, principalmente, da UDN, da Marinha e da Aeronáutica – com o intuito de promover a ruptura do regime constitucional e impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, vistos como representantes do getulismo. A conspiração foi sustada, em novembro de 1955, por meio de um “golpe preventivo”, liderado pelo general do Exército Henrique Teixeira Lott, que afastou o presidente da República interino, Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados que substituíra o vice-presidente da República, Café Filho, licenciado do cargo por estar com a saúde debilitada.

Carlos Luz possuía aproximação com os setores golpistas que pretendiam interromper a ordem legal e, por consequência, sustar a posse de Juscelino Kubitschek. Com a vacância da Presidência da República, em uma saída negociada, foi eleito, em sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, para o cargo de chefe do Executivo federal, mantendo-se, desse modo, a legalidade (FERREIRA, 2004, p. 315-326).

No cenário local, em Alagoínas, em novembro de 1955, a FPD apresentou moções endereçadas a Nereu Ramos, presidente da República em exercício, e ao Exército Brasileiro reafirmando o apoio à normalidade democrática.<sup>19</sup> Posteriormente, apresentou moção contestando a tentativa de retorno de Café Filho à Presidência da República, sob a alegação de que esta medida iria interromper o processo democrático e sustar a posse de Juscelino Kubitschek. Hostílio Dias, embora tivesse sido eleito pela UDN, fez críticas a Café Filho, assim como ao prefeito de Alagoínas, o udenista Antonio Martins de Carvalho Júnior, acusando-os de serem golpistas.<sup>20</sup>

A FPD estimulava os embates entre os vereadores que compunham a Frente e os udenistas. Esses embates se tornaram ainda mais fortes quando a hegemonia da FPD no Legislativo Municipal deixou de ser apenas uma ameaça, após a adesão de Armando Leal (UDN), vereador dissidente da bancada governista. Após uma agitada eleição, representantes da Frente passaram a ocupar todos os cargos diretivos da Câmara. A tensão se manteve elevada, abrindo espaço para ataques pessoais, principalmente entre o ex-udenista João Nou, uma das lideranças da FPD, e o prefeito Antonio Martins de Carvalho Júnior (UDN). Desse embate derivaram os acontecimentos que tiveram lugar na conturbada sessão da Câmara de Vereadores de Alagoínas, de 7 de maio de 1956, quando Darcy Carvalho, então secretário do Governo Municipal e filho do prefeito, sacou um revólver calibre 32 e se dirigiu até João Nou, que ocupava interinamente a presidência da Câmara, em um ato que sugeria o revide a ataques à honra do seu pai. Seguiu-se daí um intenso tiroteio, que teve como vítima fatal o próprio Darcy Carvalho e que deixou gravemente feridos João Nou, Hildebrando Dias e Hostílio Dias.<sup>21</sup> O evento trouxe resultado no afastamento dos três vereadores, os mais atuantes membros da FPD, e na desarticulação do grupo político que almejava e poderia ocupar espaços importantes no município na esfera política.

<sup>19</sup> Ata da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoínas, de 14 nov. 1955

<sup>20</sup> Ata da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoínas, de 25 nov 1955

<sup>21</sup> A Ata da sessão de 07 maio 1956 da Câmara de vereadores de Alagoínas registrou a tensão que marcou tal sessão, mencionando que após a leitura da ata da sessão anterior, “verificou-se que o Bel. Darcy Carvalho, pulava o gradão que separa a assistência do plenário e de arma em punho dizia para o Sr. Presidente: ‘isto ainda é sobre o repto de honra’. A partir desse momento, seguiu-se um tiroteio. Da ata constam ainda as alegações dos vereadores de oposição ao prefeito: ”Na defesa dos vereadores João Nou, Hildebrando Dias e Hostílio Ribeiro Dias, é sugerido que os disparos que alvejaram estes, não partiram apenas da arma de Darcy Carvalho, mas de vereadores governistas que se encontravam fora da sala de sessões. Cf Ata da sessão de da Câmara de vereadores de Alagoínas, de 07 maio 1956, em especial a Defesa dos vereadores João Rodrigues Nou, Hildebrando Ribeiro Dias e Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias. Razões do Recurso da Pronúncia e Alegações Finais. p. 27.

Posterior a esse momento, a interlocução de demandas dos trabalhadores não cessou no interior do Legislativo municipal, muito embora a intensidade e insubordinação dos vereadores-interlocutores, notada entre 1955 e 1956, não tenham se repetido. Houve uma renovação da Câmara. A base governista, formada por vereadores do PSD e PR, partidos que possuíam como lideranças elementos da elite local, formou maioria. O ferroviário Hostílio Dias, remanescente da FPD, atuou mais uma vez como vereador entre 1959 e 1963, exercendo uma solitária oposição ao governo municipal. Ao lado de outro ferroviário, José de Araujo Batista (PSD), utilizou a tribuna da Câmara de Vereadores para dar visibilidade aos reclames dos ferroviários na mobilização grevista de 1960. Hostílio Dias estava filiado ao PTB e com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a crise política que se estabeleceu, com a ameaça de intervenção militar, sofreu ameaça de prisão. A ameaça decorria, segundo o próprio vereador, da posição hostil dos udenistas locais e do delegado Osvaldo Matos contra aqueles que defendiam a legalidade e a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio. Hostílio Dias confirmou que o referido delegado “ostensivamente procurava se informar do [seu] paradeiro, para prendê-lo” e por esta razão “procurou se afastar um pouco, no entanto estava constantemente em contato com seus companheiros, mormente ferroviários; que a sua retirada foi apenas estratégica, pois nada receava e teria grande honra em ser preso naquela oportunidade”.<sup>22</sup>

Na legislatura iniciada em 1963, no contexto que antecedeu ao golpe de 1964, era perceptível a sintonia de alguns vereadores com relação à defesa das Reformas de Base, apesar disto ter acontecido de uma forma moderada. Com o advento do golpe, Alagoínhas, cidade que possuía significativo contingente operário e vinha demonstrando um comportamento eleitoral favorável aos representantes do projeto “nacional-estatista”, entrou na rota da repressão política. Em 1955, Juscelino Kubitschek e João Goulart haviam recebido, ali, a maioria dos votos.<sup>23</sup> Em 1960, Jânio Quadros contabilizou menos votos do que o General Henrique Teixeira Lott.<sup>24</sup> Em 1962, Waldir Pires, na eleição para Governador do Estado, foi mais votado que Lomanto Júnior, candidato eleito com o apoio da UDN.<sup>25</sup> Refletindo esta tendência, neste mesmo ano, foi eleito prefeito de Alagoínhas Murilo Cavalcanti (PSD).<sup>26</sup> A repressão política que veio na esteira do golpe de 1964 incidiu sobre o legislativo municipal, principalmente sobre os vereadores que demonstravam vinculações com os trabalhadores ou que haviam defendido as Reformas de Base, assim como sobre a militância comunista e sobre as organizações de classes que atuavam na cidade, cujos membros eram acusados de serem “agitadores” ou “subversivos”. Tais acusações partiam, em grande medida, de desafetos construídos na arena política local.

A disposição solidária ao Governo João Goulart, que existia na ambiência político-institucional em Alagoínhas, não foi o fator mais importante, mas, ao lado de outros, contribuiu para atrair uma Junta Militar para a cidade, em maio de 1964. Essa Junta Militar levou a cabo um processo de averiguação sobre a existência de núcleos “subversivos” no município, realizando detenções e interrogatórios de trabalhadores, estudantes e autoridades, estando entre estes, principalmente, os que demonstraram vinculações com segmentos subalternos da sociedade local ou com as forças políticas herdeiras do getulismo, representadas na aliança PSD-PTB.

<sup>22</sup> Ata da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoínhas, de 15 set. 1961

<sup>23</sup> *O Nordeste*, 19 out. 1955, p. 1

<sup>24</sup> *Alagoínhas Jornal*, 07 out. 1960, p. 5

<sup>25</sup> Lomanto Júnior foi candidato por uma coalizão que reuniu partidos rivais no plano nacional, o PTB e a UDN. Fazia parte, também, desta coalizão o PL, o PR e o PRP. Já o PSD, partido de Waldir Pires, que demonstrava inclinação à esquerda, mantinha aliança com o PDC, o PTN e o PSP, além de contar com o apoio do PCB. Cf. DantasNeto (2006, p. 162-163).

<sup>26</sup> *Alagoínhas Jornal*, 21 out. 1962, p. 1 e 4.



O golpe de 1964 propiciou a suspensão da democracia vigente no Brasil desde 1946. Ainda que limitada, essa democracia garantia margens para a intervenção de interesses dos trabalhadores no âmbito político-institucional. O êxito do golpe gerou um panorama político conturbado de brutal perseguição ideológica, desarticulou organizações políticas vinculadas à esquerda e obstruiu o processo de extensão de direitos sociais, de distribuição da renda e do poder, pautas às quais aspiravam trabalhadores urbanos e rurais.

Em Alagoinhas, desde a queda do Estado Novo e da emergência da democracia representativa que vigorou até 1964, se viu uma progressiva ampliação do protagonismo dos trabalhadores no processo eleitoral e na participação em instâncias decisórias no plano político municipal, como a Câmara de Vereadores. No interior desse órgão legislativo, em particular, se percebeu ao longo desse período a presença de vereadores vinculados à Frente Popular Democrática que atuaram como interlocutores de demandas dos trabalhadores, processo que o golpe de 1964 inibiu, impediu o avanço ou a retomada durante um longo tempo..

## IN THE POLITICAL ARENA: LABORERS, POLITICAL PARTIES AND ELECTIONS IN ALAGOINHAS, BAHIA (1948-1964)

### ABSTRACT

*This paper analyzes how the laborers from Alagoinhas-Ba correlate with the typical devices of representative democracy - political parties and elections - in effect in Brazil between 1945 and 1964. The initial focus of analysis rests on the municipal legislative in Alagoinhas between 1948 and 1964, period in which was in activity without political coercion of authoritarian regimes that intercalated - The Estado Novo and the military dictatorship. Such analysis allowed us to identify a series of social transformations that were processed in the city, as well as the connections between the disputes by spaces of local power and political tensions that occurred in Brazil during the period. These tensions threatened the stability of the political regime in progress until the consummation do Brazilian coup d'État in 1964 which imposed a dictatorship in the country.*

**KEYWORDS:** *Alagoinhas. Representative Democracy. Political Parties. Laborers.*

### REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

COELHO, S. A. O Partido Democrata cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 23, n. 46, p. 201-228, 2003.

DANTAS NETO, P. F. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

DELGADO, L. A. N. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos e conflitos na democracia In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. p. 127-154.

FERREIRA, J. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 301-342.

GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Iuperj; Vértice, 1988.

HIRST, P. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MORAIS, M. L. *Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal*. Alagoinhas - Bahia, 1948-1964. 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

SANTANA, A. F. *Repressão às portas do agreste baiano: conseqüências do golpe militar em Alagoinhas*. 2002. Monografia (Especialização em História Política) - Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2002.

SILVA, P. S. *A volta do jogo democrático: Bahia, 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SOARES, E. R. A. *O PCB de Alagoinhas e o golpe civil-militar de 31 de março de 1964*. 2010. Monografia (Graduação de Licenciatura em História) - Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2010.

SOARES, G. A. D. *Sociedade e política no Brasil* (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difel, 1973.

SOUZA, M. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.